

Estratégia: Origem e Fundamento

António Paulo Duarte

Assessor e Investigador do Instituto da Defesa Nacional

Resumo

O artigo lida com a teoria da estratégia e desenvolve uma análise sobre a origem e os fundamentos da estratégia, enquanto saber sistemático de caráter filosófico-científico fundamentado. Com base na genealogia da estratégia, e no seu desenvolvimento posterior, apresenta igualmente elementos para a sua fundamentação teórica. A estratégia brota da guerra, e é na guerra que se encontram os fundamentos originais desta disciplina científica. Interessa por isso analisar a identidade da guerra antes de conhecer o significado da estratégia. Divide-se assim o texto em três secções. Na primeira analisa-se a autoconsciência da guerra ou seja, o modo como as sociedades ocidentais foram narrando a origem da violência armada. Na segunda, dissecam-se a identidade da guerra e refere-se a sua especificidade única, assim como a sua íntima relação com a política. Na última secção propõem-se elementos para um maior conhecimento e uma mais ampla fundamentação da estratégia, partindo, quer da sua evolução histórica, quer do conhecimento teórico mais puro sobre si e sobre a guerra.

Abstract

The article deals with strategic theory. Strategy is a knowledge which aims to maintain control of the actions in the middle of violent and deadly clashes between human beings. Knowledge would give the methods and the instruments to assure that control. Strategy was born from war. This article relates politics, war and strategy. We differentiate all of them, explaining its specifications and each proper identity. Politics and war are actions, strategy is knowledge. Strategy was born from the necessity of war control by politics, which was originated by another human willing political actor. The article is divided in three parts. The first deals with the vision that the European civilizations had about what was the war. The second explains the identity of war. The third, based on the identity of war, describes analytically the origins and the fundamental elements of strategy.

Introdução

A guerra é tão velha como a história contada da humanidade. Não se sabe quando aconteceu pela primeira vez uma guerra, só se conhece o facto de nos primeiros textos escritos pelos homens se narrarem afrontamentos violentos entre eles. Desde então, a guerra sempre acompanhou a história da humanidade.

Pelo contrário, a estratégia é um fenómeno recente. É certo que a origem do termo é helénica¹ mas, modernamente, ela é obra do pensamento contemporâneo, germinando em finais do século XVIII, por volta da Revolução Francesa.

Se a guerra emerge das penumbras da história, se as suas origens podem ser anteriores a qualquer pensamento sistemático filosófico, a estratégia é filha das filosofias e dos sistemas de pensamento do Renascimento e do Iluminismo. Arriscando ir mais longe, no universo da percepção e da conceção, a guerra é ato que se transformou em pensamento, a estratégia, pensamento que se transforma em ato.

Dizia Heráclito que no começo de todas as coisas se encontrava a guerra (cf. infra). A guerra nasce no ato de confrontar e no enredamento engendrado pelo movimento bélico, a estratégia desponta da sistematização do pensamento sobre esse ato de confrontação e sobre a lógica do enredamento bélico. A guerra é ação e paixão, como bem se expressa na obra genesíaca do pensamento europeu, a *Ilíada*. A estratégia é uma linguagem de análise, uma hermenêutica.²

A presente obra visa sistematizar, de forma breve, esta interpretação, abrindo o conhecimento a uma mais ampla compreensão dos dois fenómenos e à sua íntima inter-relação. Este texto procura não só distinguir a natureza da guerra da identidade da estratégia, como visa explicitar e explanar o tipo de relações e interações

1 Existiam dez estrategos em Atenas, encarregues da ação executiva e da guerra no governo da urbe. Eram eleitos, sendo um deles escolhido como cabeça dos outros todos. O estratego era por isso, um chefe militar. De facto, a substância etimológica da palavra remetia para a ideia de comando e movimento, aquele que faz avançar o exército, aquele que leva o exército a manobrar. É por isso que *strategos* é muitas vezes traduzido nos textos contemporâneos por general. Apesar de ligados ao termo *estratego* haver outros, não havia contudo o vocábulo *estratégia*, que aparece só no século XVII em Inglaterra e no século XVIII, em França e na Alemanha. A sua adoção generalizada ter-se-ia dado na Alemanha, no dealbar das guerras napoleónicas (Coutau-Bégarie, 1999: 55-60).

2 Notemos que a palavra guerra, comum em muitas línguas ocidentais, era desconhecida no mundo grego e romano, sendo os termos *polemos* e *bellum* respetivamente, os que são habitualmente traduzidos como sinónimos do termo guerra contemporâneo. Mas mesmo nas culturas de matriz europeia, a expressão guerra, do francês *guerre*, vinda do germânico de matriz franca *werra*, e próximo do anglo-saxónico *war*, tem suficientes matizes para merecer um amplo e profundo estudo. Como neste estudo se apresenta um significado de guerra, que julgamos abrange todo o tipo de atividades que eram significadas pelos diversos termos expostos, considera-se que o texto trata de uma única forma de atividade que é transversal à história da civilização de matriz europeia e até a todas as outras.

que as aproxima e une e que fez com que a segunda brotasse da primeira, muito mais arcaica e arcana.

Divide-se assim, a exposição, em duas grandes partes, uma que lida com a guerra e procura demonstrar a sua especificidade na ação e no pensamento humano, outra que explica a origem, génese e fundamento da estratégia, assim como a sua relação complexa com a guerra.

Na primeira parte procurar-se-á mostrar as leituras da guerra que as diversas civilizações que habitaram a Europa dela fizeram, como catapulta para o estudo das características nucleares deste fenómeno, deste facto, buscando aclarar a sua essência, o seu significado mais intrínseco e visceral.

A primeira parte do texto, os dois capítulos iniciais, indaga, à luz de uma dada interpretação da História, o sentido último da identidade da guerra, a sua substância real, a sua “concretividade” e a sua dimensão extralinguística fundamental. Na realidade, a palavra guerra, sob o olhar das diversas civilizações que marcaram a história da Europa, na sua substância, quer dizer mais do que uma coisa, se bem que no fundo último, todas as coisas que significou e significa se interliguem numa única grande entidade.

A segunda parte visa demonstrar que a estratégia se origina na ordem que os beligerantes (a ordem político-bélica) buscam assegurar, no quadro da incerteza e da indefinição do porvir, da lógica ilógica do jogo do inimigo, e no caos que o confronto entre os homens excita, como trave basilar para se poder, de forma mais clarividente, perspetivar as características axiais do que é pensamento estratégico: um conhecimento construído para agir (ou uma praxeologia na palavra de alguns dos seus cultores).

Mas porque é que aparece a estratégia? É entre os séculos XVI e XVIII que se cria o contexto político-militar que facilita a emergência do vocábulo e a concetualização da noção de estratégia. Por um lado, a criação de exércitos profissionais organizados e disciplinados ao serviço de entidades políticas muito claramente delineadas, por outro lado, o nascimento e a afirmação dos Estados Nacionais, arquiteturas holísticas, que desenvolvem objetivos muito precisos no contexto das disputas internacionais, facilitam o aparecimento do vocábulo estratégia. Em resumo, a estratégia emerge de uma ordem e da necessidade de ordenar a guerra, por natureza indeterminada, estocástica, sujeitos ao jogo do azar e da fortuna, resultante da lógica ilógica do inimigo. É a forma de enformar, dentro de um jogo de regras, a instabilidade e a indeterminação da guerra. Jogo de regras que se edifica na lógica da ordem natural, como se o conhecimento humano pudesse inferir os mecanismos arcanos que conduzem o embate violento e mortal entre os homens, de modo similar ao que faziam os filósofos e os cientistas para a natureza.

A estratégia pode assim ser vista como uma linguagem. A linguagem do conflito. O que faz a linguagem é tornar o indefinido definível, é fazer entender e possibilitar a

interpretação do mundo.³ Ora, a estratégia visa fornecer uma grelha abrangente de interpretação da realidade do conflito ou da possibilidade de conflito antagónico e violento entre os homens. Ou seja, ela é uma hermenêutica, que contém em si uma heurística, uma forma de apreender os materiais necessários à interpretação da dialética do conflito, do qual a guerra é a sua realidade mais paroxística. Em suma, a estratégia é um conhecimento e um pensamento. A estratégia, sendo um pensamento, é consequentemente, um espaço de racionalidade que, pode-se afirmar, intenta, ao modo das ciências naturais, desvelar um universo pré-existente, uma natureza já formada, a natureza do conflito, do qual a guerra é a sua forma mais paroxística. Por isso, pode servir, tanto para alimentar o conflito como para o negar. A estratégia, assim, pode ser tanto instrumento da guerra, quanto instrumento da paz.

Os fundamentos deste prisma teórico vão encontrar-se, por um lado, na dissecação, análise e interpretação da história, ou seja, na leitura dos factos históricos e do que eles nos podem dizer sobre o todo do real, e por outro lado, na teoria,⁴ num leque abrangente de teorias de conhecimento fundamentais, caso da filosofia, da teologia, da história e mesmo da estratégia, ela própria, desde sempre, nutrida pelos saberes anteriormente referidos.

Num certo sentido, os fundamentos de uma disciplina científica encontram-se sempre nessa mesma ciência, nesse mesmo saber. Esses fundamentos têm contudo, como observou J. L. Gaddis para a biologia, e em geral, para as ciências da natureza, uma dimensão histórica, uma historicidade. De facto, observava o autor referido que, em geral, mesmo as ciências exatas, assim como as ciências naturais, precisam de assumir na sua fundamentação última, na sua epistemologia, um certo grau de historicidade, correlativo ao seu desenvolvimento na História (Gaddis, 2003: 55-58). Lembremo-nos de uma das ilações centrais a tirar da filosofia de Husserl: o conhecimento é o sujeito que conhece (Husserl, [s/d]: 53-66). Toda a ciência é obra do homem e o homem está marcado pela historicidade. É uma das suas dimensões existenciais mais fundamentais.

O conhecimento histórico é assim muito relevante para o conhecimento da origem e da evolução da estratégia, elementos basilares para a sua fundamentação, dado este estudo ser essencialmente sobre os fundamentos teóricos deste saber. O estudo terá de ser complementado, igualmente, com os aportes de outras teorias científicas fundamentais, num natural e muito relevante sentido de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, salientando-se aqui, obviamente, a relativa à

3 “Só a palavra nos põe em contacto com as coisas mudas”, diz o filósofo Giorgio Agambem (1999: 112).

4 Significando “theoria”, etimologicamente, “contemplação”, tal implica que jamais a teoria pode escapular-se à tessitura dos factos que são a sua nutrição fundamental.

estratégia, um dos fundamentos essenciais para a interpretação e a teorização que se desenvolve sobre a guerra e a estratégia. Deve-se sempre ter em vista o prisma de J. L. Gaddis de que o saber de um dado conhecimento se funda nele próprio. O conhecimento histórico sobre a guerra e a estratégia serve assim como trave basilar para o melhor conhecimento concetual, teórico e metafísico dos fundamentos arquitraves do pensamento estratégico e da estratégia.

Este trabalho tem um claro fito teórico. Procura analisar, compreender e apresentar alguns dos fundamentos da teoria geral da estratégia e de uma teoria geral da guerra. Ele assume, a despeito da proximidade de relacionamento entre a estratégia e a guerra, que são realidades distintas, em certos casos, muito bem distintas. A guerra como ato violento, que congrega e condensa todas as dimensões do homem no choque antagónico com o seu “irmão”, paradoxalmente, como se procurará demonstrar, visando a paz. A guerra emerge como uma terapêutica da fratura, a sutura que sara a ferida existente. Como uma vacina, o esticar da violência inocula os germes da paz. A estratégia é uma filosofia, um pensamento sistemático e científico (social) de compreensão dos fenómenos agónicos, fundamentando igualmente as modalidades de ação a implementar para sobreviver no meio das conflagrações ou para evitá-las. Ela é o laboratório de ideias e saberes que edifica a terapêutica e desenvolve as vacinas que sobrepujam a conflitualidade hostil e a guerra, seja pelo esticar do choque bélico, seja pelo amainar do antagonismo que opõe entre si os atores em dialogia agónica.

Trata-se contudo de um texto breve, que mais não é que um lançar de pistas para uma formulação teórica mais abrangente e global. Um ponto de partida, mais que um ponto de chegada.

A Autoconsciência da Guerra

Antiguidade Clássica: “O Flagelo de Deus”

“Canta, ó deusa, a cólera de Aquiles, o Pelida
(Mortífera! Que tantas dores trouxe aos Aqueus
e tantas almas de valentes heróis lançou no Hades,
ficando os seus corpos como presa para cães e aves
de rapina, enquanto se cumpria a vontade de Zeus),
desde o momento em que primeiro se desentenderam
o Atrida, soberanos dos homens, e o divino Aquiles.
Entre eles qual dos Deuses provocou o conflito?”
(Homero, 2005: 29)

Eis as primeiras estrofes da *Ilíada*: elas espelham luzidamente o paradigma de leitura da guerra de que os gregos (e também os romanos, em boa medida) dispunham. Era a discórdia violentíssima, expressa na guerra, oriunda dos Deuses, imposta aos homens por estes, à qual os homens só podiam ripostar com a afirmação da sua heroicidade face ao destino inelutável que lhes estava reservado: “De todos a guerra é pai, de todos é rei (...).” (Heraclito, 2005: 85).

Diz o comentário que esta afirmação reflete a “luta intrínseca a toda a guerra e constitutiva de todas as oposições e anteposições” (Heraclito, 2005: 84). E que tão bem é ilustrada nesta outra passagem da obra de Heraclito: “É necessário saber que a guerra é comum, e a justiça e a discórdia, e que todas as coisas vem a ser segundo a discórdia e a necessidade” (Heraclito, 2005: 101).

É do caos fervente que nasce o cosmos, é na guerra que os mortais provam a sua imortalidade.

“Na verdade me disse minha mãe, Tétis de pés prateados,
que um dual destino me leva até ao termo da morte:
se eu ficar aqui a combater em torno da cidade de Troia,
perece o meu regresso, mas terei nome imorredouro;
porém, se eu regressar a casa, para a amada terra pátria,
perece o meu nome glorioso, mas terei vida longa.”
(Homero, 2005: 191)

A origem da guerra, de origem divina, forjada no caos fervente primevo, no choque dos titãs, escapava à vontade dos homens, originava-se no exterior de si próprios, mas a sua imortalidade dependia efetivamente da forma como eles responderiam à “guerra aniquiladora dos Homens” (Homero, 2005: 202):

“Mas agora, dado que presidem os incontáveis destinos
da morte de que nenhum homem pode fugir ou escapar,
avancemos, quer outorguemos glória a outro, ou ele a nós.”
(Homero, 2005: 252).

A heroicidade residia na inevitabilidade. Se a morte, a todos os homens condenava, e se a guerra despontava de misteriosas forças primigénias, telúricas e divinas, a cada homem restava-lhe olhá-la de frente e assumir o seu destino, forjado antes de ele sequer existir.⁵

5 “...Psicologia é apenas mais uma palavra para aquilo a que os antigos chamavam o destino.” (Tartt, 2005: 47). Esta afirmação de Julian Morrow, personagem da obra e o nome do professor de grego e cultura clássica, reflete, talvez numa comparação demasiado crua para muitos ver-

O conflito era visto como inevitável, mas de igual modo como ilegítimo (Vlassopoulos, 2010: 81). A guerra era uma espécie de envolvimento que determinava a ação do homem contra a sua vontade, mas que se lhe impunha, quase que como uma necessidade natural, perturbadora da convivência humana, um elemento arquetípico da degenerescência da relação entre os homens.

A guerra é incessante, a paz impossível, a sua parturação exógena ao homem. A guerra como a paz são consequência dos jogos divinos e ambas estão fora do controle da história humana, sendo, não obstante, o princípio primeiro e último desta: a dicotomia guerra/paz envolve o homem externamente, afeta permanentemente a sua qualidade de mortal, mas não lhe cabe escolher o trajeto que lhe aprouver, a esse só aos Deuses cabe consigná-lo.

Um universo ordenado impediria a existência de seres selvagens que se comessem uns aos outros, como atalharia qualquer tipo de desordem ou guerra civil. O avanço do tempo e o esquecimento que de si tem o universo, faz com que dele se apodere a desordem primitiva e o force a um novo reequilíbrio mediado pela destruição e pela guerra (Platão, 2008: 79-88).

Esta degenerescência tem uma expressão política na rotação dos regimes políticos. A monarquia, o governo em prol do bem comum, desenrolado por um chefe político, degenera em tirania, um líder que em seu próprio proveito usa a governação, o que leva ao conflito e à sua substituição por uma aristocracia, a regência da comunidade por um conjunto de dedicados cidadãos que a vão gerir, que inevitavelmente, com o tempo tomba numa oligarquia ao serviço do grupo que governa, e deriva, por via da violência imposta à cidade, numa democracia, a direção política efetuada por todos, que acabará por infletir para uma administração política de exaltados populares, atentatória do bem-estar e da qualidade de vida de parte dos membros da sociedade política e a leva a retornar à monarquia (Oliveira, 2008: 38-42). Este processo de ascensão e degenerescência exprime em simultâneo a inevitabilidade do conflito no quadro da política (e da guerra) e a sua ilegitimidade.

A guerra é um efeito da degenerescência que brota da desordenação constitutiva do mundo, do caos fervente em que ele assenta e do tormento que os deuses impõem aos destinos dos mortais. O homem não é autor da violência bélica, e contudo, só ele lhe pode responder de uma forma ou de outra.

dadeiros académicos, uma quinta-essência do cosmos helénico. A guerra era a expressão mais sintomática das forças telúricas, terríficas e incompreensíveis que governavam a ação dos homens – o seu destino – e à qual o ser humano não podia escapar, uma força de uma violência imensa, inumana, que empurrava o homem, como se estivesse a correr célere e rapidamente por uma encosta profundamente ingreme e escorregadia em direção ao seu fim de mortal. A guerra, e em consequência a paz, não eram realidades que os homens pudessem controlar.

Contudo, para os romanos, a violência bélica, forjada na degenerescência, fundava um *Imperium*. A guerra, brotando da desordenação cósmica era portadora de ordem, edificando uma ordem política pretensamente universal e perene (Cícero, 2008: 79). “São injustas as guerras que sem uma causa se empreendam. De facto, a não ser para vingar ou repelir o inimigo, não se pode fazer uma guerra justa” (Cícero, 2008: 187). O *Imperium Romanorum* servia a paz. Segundo alguns autores, Roma combateu essencialmente para se proteger, um império que se edificou ao elaborar uma estratégia de defesa, mas também de coerência (Lançon, 2003: 49). Fazia a guerra justa: tinha a legitimidade para impor aos outros a sua guerra. Era o “flagelo” que Deus enviava a punir os males alheios e a edificar a *Pax Romana*.

A Revolução Agostiniana: “Provação de Deus e Arrependimento”

Santo Agostinho, diz um biógrafo, pensava a paz, não a guerra justa (s.a, 2010: 10-11). É à luz da paz que Santo Agostinho lê a guerra. E é à luz da paz, pois a paz é o fruto do Amor de Deus para com os homens.

Os preceitos do Estado não são contraditórios com a concórdia indispensável à paz. A paciência é superior à vingança. Mas o Estado não se pode deixar injuriar e deve, em consequência, castigar aqueles que o injuriem de forma cruel. A guerra tem por fito castigar e o mester das armas não nega a santidade desde que o serviço destas seja feito em acordo com os mandamentos do Amor de Deus e sirvam as boas obras e atraíam o vencido à concórdia (s. a., 2010: 58-63). As armas são um dom próprio, ao serviço do amor e da caridade, e da paz; a guerra impõe-se como necessidade (s. a., 2010: 70-71). É por isso que a guerra serve a paz, oprimindo a desordenação das coisas que são contra a lei divina e a ordenação de Deus (s. a., 2010: 126-7 e 130-132).

Sem justiça, as armas não passam de um bandoleirismo que se servem só a si mesmas, seguindo as suas paixões, mas a vitória cristã desponta sob a forma magnânima da caridade para com os vencidos, aportando a paz (s. a., 2010: 138-140). A guerra e os guerreiros de Deus visam a paz. A guerra justa serve a paz (s. s., 2010: 124-126). A paz, concórdia na unidade (a divisão é a guerra). A guerra é a punição merecida pelo pecado da paixão (de si próprio), mas a guerra cristã, travejada na caridade, visa a conversão.

Santo Agostinho escancara uma porta, entreaberta muito tenuemente no período do Império Romano. Nos textos de Santo Agostinho, e sem que disso ele pareça implicitamente aperceber-se completamente, há duas modalidades de guerra, que se expressam na dicotomia guerra justa/guerra injusta: a guerra ao serviço das paixões dos homens e aquela que é moldada pela vontade de paz, alicerçada na caridade de cumprir a vontade divina. Se a primeira, e de uma forma muito clássica, deriva da paixão pecaminosa (agora, a dos homens, não advindo do jogo dos Deu-

ses e suas paixões), a segunda serve a concórdia – e aqui desponta um elemento novo extraordinariamente relevante – a guerra já não é feita só para punir (com o seu corolário de aniquilamento puro e de apropriação absoluta do que o outro tem e/ou encarna), ela almeja a conversão do pecador, permitindo o reconhecimento da sua humanidade e o seu perdão: não há apenas a paz da tumba, mas a paz da “concórdia ordenada” substantivada na “tranquilidade na ordem” (s. s., Agostinho, 2010: 154) de todos os homens. A guerra não só se torna humana, como é fruto e escolha da humanidade, movida em parte, e só em parte, pela irracionalidade do mal, dado que os soldados cristãos, esses servem o Senhor Deus no apaziguar da violência intra-humana.

Está aqui presente a ideia expressa por Cristo de que o pecado é da responsabilidade do homem, não de alguma exógena força exterior a este:

“Ouvi-me todos, e entendei! Nada há no exterior do homem que penetrando nele, o possa tornar impuro, mas o que sai do homem, isso é que o torna impuro. (...). O que sai do homem, é isso que o torna impuro” Marcos, 7, 14-15 e 20. (Bíblia de Jerusalém, 1985: 1908).

A política serve a concórdia, i.e., conserva a sua unidade, a que se chama paz (entre os homens) (Aquino, 2007: 13). Mas a guerra é justa quando se submete aos ditames da paz:

“Três impedimentos se opõem à duração do bem público (...). Quando perturbam a paz pública transgredindo a justiça e a paz. O terceiro impedimento para conservar o Estado se origina no exterior, quando a paz é destruída pela guerra do inimigo e por ele o reino ou a cidade fundada é aniquilada. Contra (...) os males anteriores se precisa (...) uma cura por parte do rei. (...) Apartar a maldade dos súbditos com leis e preceitos, penas e prémios. (...) Cuidar o rei de que seus súbditos permaneçam seguros contra os seus inimigos exteriores.” (Aquino, 2007: 77-78).

A função do Estado é legitimada pela paz. É a paz que justifica a guerra, tornando-a, nestes moldes, justa. Mas como a justa guerra deve resultar na “unidade na paz” ou na “tranquilidade na ordem”, ela não visa o aniquilamento do inimigo, mas a sua conversão. O inimigo, por muito cruel que seja, passou a ter um rosto humano:

“Se Deus, aos reis iníquos, que lutam contra os seus inimigos, mas não com a intenção de Servi-lo os recompensa tão copiosamente, que lhes atribui a

vitória sobre os seus inimigos (...), para aplacar os seus ódios e ambições, o que não fará com os reis bons que governam o povo de Deus com a intenção honesta e atacam os seus inimigos". (Aquino, 2007: 40).

Santo Agostinho e toda a cultura política medieval posterior rasgou a dicotomia guerra/paz arcaica. Com o conceito de guerra justa, a guerra entrou na esfera da história, ou seja, nas atividades que os humanos podem regular por sua vontade, e impôs-lhe a sua sujeição à paz. A paz celestial comandava agora a guerra secular, que dependia da ação humana, procedendo esta e a possibilidade daquela, da subordinação do ator bélico a um comportamento cristão irrepreensível. A guerra ainda surgia como um "flagelo de Deus", espelho agora do errado caminho do homem, mas com vista à conversão do erro e do mal em bem. Por sua vez, este "flagelo de Deus" já não despontava do jogo estocástico de poder dos deuses, mas dos erros de condução dos humanos, podendo ser obviado, se o seu comportamento fosse adequadamente cristão e servisse a comunidade humana, pelo que a guerra passara a ser efetivamente um fenómeno entranhado na história e na ação estritamente humana.

O Rosto Simétrico e o Ordem Jurídica

"A mais inovadora criação de Hugo Grócio é a ideia de criação de regras jurídicas para a guerra" e ele define a guerra (modificando ligeiramente a definição ciceroniana de guerra) como o "estado daqueles que procuram resolver os seus conflitos pela via da força, considerada enquanto tal" (Homem, 2010: 199). Grócio, seguindo os cânones medievais e a filosofia jurídica da Segunda Escolástica, observava então que a guerra só era legítima se conduzisse à paz, se visasse a paz e se esta paz estabelecesse a justiça (Homem, 2010: 199-200).

Se Grócio se inscreve numa tradição inaugurada por Santo Agostinho em determinados elementos, rompe com ele e com esta tradição em algo que é fundamental, como subsequentemente muitos outros filósofos e juristas dos séculos XVII e XVIII.

A definição grociana de guerra estabelece uma relação simétrica entre os dois atores bélicos. A ideia de guerra justa ou injusta ainda permite o desnivelamento dos contendores, mas estes surgem na ordem jurídica como simétricos e polares. A disputa bélica em que se envolveram pode ser mais ou menos justa, mas eles, enquanto atores bélicos, encontra-se no mesmo nível jurídico. Para o jusracionismo, guerra já não é entendida como pecado, mas como consequência inevitável dos interesses e paixões humanas em consequência das "relações internacionais se [desenvolverem] segundo os imperativos da razão de Estado" (Homem, 2010: 40).

A ordem soberana consoma ao longo dos séculos XVII e XVIII o pressuposto grociano de que os atores da guerra são simétricos no que toca à sua identidade. “A Paz de Vestefália proclamou efetivamente o Estado como garante incontestado da ordem doméstica e legitimador da guerra externa.” (Howard, 2004: 28).

A despeito de, tal como na antiguidade clássica, a paixão e o interesse (mesmo na sua fórmula, mais mítica do que real, da Razão de Estado) fornecerem o motivo para a conflitualidade violenta, a natureza destes eram completamente distinta. Nesse mundo arcaico, a paixão ou o interesse refletiam forças telúricas de caráter divino ou natural que impulsionavam os homens à loucura da violência. Pelo contrário, agora, o interesse e a paixão eram elementos intrínsecos, e por isso legítimos da identidade do homem, que podiam ser dirimidos pacificamente ou, se injustamente ofendidos, acautelados por via de uma guerra (sempre de óbvia natureza defensiva). A guerra derivava, em suma, das relações humanas e podia por isso ser enquadrada juridicamente como um regateio e um litígio entre duas partes desavindas, condicionando a sua ação eticamente, e delineando os mecanismos pelos quais a regatagem e a litigação bélica resolveriam a contenda.

A guerra tornara-se um ato meramente humano, expressão da “redução antropológica” proporcionada pela modernidade, esse desencantamento do mundo, “essa viragem lisa para a religião puramente humana, de caráter sobretudo ético”, culminar também da mais arcaica “redução cósmica” (Balthasar, 2008: 39). À religião imanente corresponderia uma guerra também meramente imanente, fruto do homem e das suas ações.

Com a judificação da guerra e a sua redução a um embate entre atores humanos desavindos, que pela violência bélica, litigam assim a justiça da sua causa, a dicotomia guerra/paz retorna, mas num molde completamente novo. Ao invés do que acontecia na Era Clássica, um árbitro secular e humano passou a comandar e a guiar essa dicotomia: o Estado, aquele que decidia da guerra e da paz, aquilo que definia o que estava correto e errado e jurisdicionava a contenda. O Estado ou seja a política: “a guerra é (...) [tornara-se] um verdadeiro instrumento político” (Clausewitz, 1984: 87).

A Identidade da Guerra

O Sentido e Significado da Guerra

A guerra é ação. A guerra é uma linguagem expressada pela ação. É uma linguagem matricial e primigénia, que dialoga na e pela ação.

Clausewitz descreve e define a natureza da guerra como um “duelo”, “(...) nada mais que um duelo em larga escala (...) um ato de força para compelir o inimigo à nossa vontade, (...) força física e força moral (...) os meios da guerra; impor a nossa vontade ao inimigo o objetivo” (Clausewitz, 1984: 75).

O estrategista prussiano reduz ao seu núcleo mais essencial a definição da natureza da guerra. A guerra reduz o processo de defrontação a dois grandes partidos, a duas grandes facções, a dois blocos monolíticos que se digladiam entre si forjando um duelo, a lógica binária do duelo, cada um procurando subjugar o outro à sua vontade, pelo uso da força física e moral. Na essência, estamos a falar de gestos, de ação e do modo como a ação delinea o resultado final: a força, o instrumento da guerra, fala pela ação e o resultado deriva do diálogo que aquela edifica no processo.

A identidade cinemática revela-se na lógica do duelo, no diálogo que tem por palavra a luta de forças opostas. Clausewitz repete várias vezes a ideia de que “essencialmente, a guerra é combate” (Clausewitz, 1984: 127). Há na guerra uma relação paradoxal, uma interação feita de dialogia de forças e de nexos de aniquilamento. A guerra é um espaço relacional, onde a linguagem se deduz dos nexos que a ação mútua aporta. Neste sentido, em Clausewitz a natureza da guerra é distintíssima da política. Para o forjador da ideia de que a guerra é um instrumento da política, não contém a sua definição do que é a natureza da guerra nenhuma referência à política. Todavia, por toda esta definição perpassa um visceral e profundo sentido político: um sentido político nas suas consequências, mas também no mecanismo relacional que lhe é inerente. Se a política relaciona eticamente os homens uns com os outros, a guerra é uma relação paradoxal, a continuação da política por meio de um diálogo de força e luta em que o combate aniquilante visa reinstaurar o relacionamento entre os homens, a política (*cf. supra*). A guerra visa a reconciliação; é por isso servicial da ordem e da paz política.

Na *Ilíada*, na tradução em língua portuguesa efetuado por Frederico Lourenço, duas palavras delineiam as regras do embate bélico – força e subjugação:

“Molestado lhe disse então o poderoso Sacudidor da Terra:
‘Hera de fala inefável, que palavra foste tu dizer!
Eu é que não queria que nós, os outros lutássemos
Contra o Zeus Crónida, pois ele é de longe o mais forte.’”
(Homero, 2005: 169)

A força, o atributo supremo do pai dos Deuses, Zeus, é o elemento fundamental do seu poder, e tal como no Olimpo, na terra, a força é o elemento essencial da vida e legítima o poder daqueles que a detém pela subjugação de uns homens a outros. A guerra, tendo como elemento instrumental, a força, leva os homens, através da luta, do combate, a apropriarem-se de outros homens:

“Mas quando através das estacas e da vala passaram
Em fuga, sendo muitos deles subjugados às mãos dos troianos
(...)” (Homero, 2005: 173).

Há, talvez, no sentido último do conceito de subjugação uma forte carga sexual.

“Os miolos, por dentro, ficaram todos borrifados;
E assim subjugou quem contra ele arremetia.
Ali os deixou Agámemnon, soberano dos homens,
Na brilhante nudez dos seus torsos, pois despira-os das túnicas.”
(Homero, 2005: 221).

O tradutor do texto que seguimos da *Ilíada* observa essa eroticidade para o embate das armas, “...há qualquer coisa de violência sexual no manejo das lanças...” (Lourenço, 2005: 13). Em Homero, não basta matar, subjuga-se o outro todo à vontade do vencedor, e se no caso dos homens abatidos em combate, a simbólica sexual pode ser isso mesmo, uma expressão derradeira da apropriação, não o é, quando passamos para as suas consequências últimas, a posse dos seus bens e das suas mulheres e filhas.

“...Porventura pensaste que saquearias a nossa cidade
E que às mulheres troianas tirarias o dia da liberdade,
Para as levars nas naus para a tua amada pátria.”
(Homero, 2005: 343).

Em Homero e em Clausewitz, a ação bélica, feita de força, conduz à coação e à subjugação de um grupo de homens a outro grupo de homens. Se o ato bélico, em si, não é político, as suas consequências, como as suas causas são-no determinantemente. O inerente resultado do embate substantiva-se na perda de liberdade e de igualdade de uma dada sociedade e esta consequência é visceralmente política, pois é axial à identidade da política. A guerra lida com a vida e a morte das sociedades, o combate dirimidor, aqueles que subjugando, impõem aos outros a morte, seja ela física ou moral ou social ou todas em conjunto.

E derivando da luta, a guerra resulta de uma deliberada ação feita pelos homens. Neste sentido, podemos definir a guerra como “a manipulação do aniquilamento (pela morte e pelo medo), através da luta e do combate, visando a submissão e a subjugação do seu oponente inimigo, com vista a atingir os fins positivos (visceralmente políticos) de uma dada entidade sócio-histórica”. A guerra é um ato deliberado, só humano, assim o dita a progressiva autoconsciência da guerra, consequência de uma imensa criatividade, pondo ao serviço de fins positivos o poder tenebroso e abismal da morte e do aniquilamento, tornando o “fim e o nada” da humanidade, num vetor positivo de edificação do porvir, ou seja, da ordem político-social. A guerra é assim intrinsecamente um ato de manipulação humana, e é por isso que é criativa e criadora, pois manipular é criar, é edificar, é confeccionar.

A guerra constrói, pela destruição daqueles que se opõem a uma dada ideia de criação (daquela que os subjugadores de dados homens encarnam). A guerra usa o aniquilamento (“niil” ou “nihil”, o nada) como instrumento de engendramento e criação, e a criação social é iminentemente política.⁶

A “Abolição do Inimigo”

“O que pretende toda e qualquer guerra não é apenas ganhar. É abolir o inimigo, dissolver o outro. É fazer desaparecer, não apenas o adversário, mas todo o seu mundo” (Couto, 2005: 42).

Abolir o inimigo, eis todo o propósito da guerra. Apesar de Mia Couto ler a ideia de abolição do inimigo como eticamente reprovável, e haver nessa ótica fundas razões, subjacente àquela está a paz. A abolição do inimigo é a aurora da paz. Ao fazer desaparecer a divisão, abolindo o inimigo, a guerra transporta consigo a paz.

“A vitória, com efeito, que outra coisa é que a submissão dos que se opõem na luta? Feito isto, haverá a paz. Assim, é em vista da paz que são feitas as guerras. (...) Vemos claramente que a paz constitui o fim desejado da guerra. (...) Todo o homem, fazendo a guerra, procura a paz.” (Santo Agostinho, 2010: 148).

Se a guerra é um duelo que manipula a força, através da luta e do combate, ameaçando com o aniquilamento (a morte, o medo) o adversário, o fim deste mecanismo é a imposição da paz. Ora, a paz é o fulcro da ordem política. Como diz Espinoza no seu *Tratado Político*, a política visa cuidar dos homens “para que os homens vivam em concórdia” (Espinoza, 2008: 74). Para Santo Agostinho, a paz

6 A guerra contém em si, intrinsecamente e inerentemente, uma ordem, engendrando assim uma entidade política, quase que automaticamente. É que a manipulação do aniquilamento, através da luta, visando a submissão do inimigo, por massas de homens, exige e impõe uma organização e uma ordenação, para o fazer com sucesso, e organizando-se para a guerra, os homens fundam e forjam uma ordem política. Uma força bélica organizada (e intrinsecamente, para ser uma força bélica, é uma estrutura organizada) é intrínseca e visceralmente uma ordem política. Para Sócrates e Platão, a arte da guerra dividia-se em três partes: a instrução individual do combatente, ou seja, a manipulação das armas, a capacidade de ordenar e organizar o exército e a arte do general, a da condução dos homens na guerra (Platão, 2008a: 6). Estas duas últimas artes, as coletivas, são tão marciais quanto políticas e mesclam-se e fundem-se muito facilmente por isso.

é o elemento comum à “Cidade Terrestre” e à “Cidade Celeste”, e a expressão da concórdia celestial – a “tranquilidade na ordem” – e do “*Sabbat*” eterno na vida terrenal (Santo Agostinho, 2010: 162-3 e 185). A guerra, quando é efetivamente justa, deriva do serviço que presta à edificação da paz, a paz que substancia toda a finalidade da ação política. De forma implícita, em Santo Agostinho já se expressa a ideia da guerra como instrumento.

A guerra não é um fim em si, mas um meio para um fim (Clausewitz, 1984: 86), um verdadeiro instrumento político, a continuação do relacionamento político (a relação paradoxal) trazendo outros meios para a ação (Clausewitz, 1984: 87). O propósito da guerra é a abolição do inimigo, do oponente, por meio da manipulação do aniquilamento, através da luta, com vista a alcançar a paz, de uma concessão de paz que deriva da definição que dela tem a política.

A guerra tem uma gramática própria, mas não é a sua lógica (Clausewitz, 1984: 605). O seu nexos deriva da tessitura de relações políticas e dos propósitos que a política visa e é o cariz do combustível político que move o motor da guerra. A guerra está subordinada à paz. Mesmo o prolongamento indefinido de algumas guerras ou sua progressiva “totalização” ou “absolutização” espelham a desmesura de determinadas políticas, como há tempos vislumbrou de forma notável Jean-Yves Guimar (Guimar, 2004: 287-290 e Duarte, 2005: 49-50).

A lógica política da guerra deriva de o fito desta ser a paz. A fonte da guerra é a política, tal qual a fonte de um rio nutre a força do seu caudal. A guerra serve a política como sutura da ferida aberta pela divisão entre os homens no intercâmbio que eles desenvolvem entre eles. A guerra é como uma vacina, que pelo extra de violência agressiva e mortífera, que na relação paradoxal é inoculada, almeja reunir de novo os homens na casa da paz, o instrumento taumatúrgico de reequilíbrio da tectônica relacional humana. A fratura que cesura a vida política e social da comunidade dos homens é, pela guerra, suturada, forjando-se pelo “plus” e pelo extra de violência radical que institui, uma nova paz, acolhedora para a união dos homens. A paz é um dos fulcros, se não o eixo, sobre a qual se funda a política: a capacidade de relacionar os homens, para a qual se institui a política, visa assegurar a paz. Sendo a paz o propósito da guerra, e sendo a definição de paz originada na política, esta delimita as margens do grande oceano da guerra, e configura os ventos e as correntes do trajeto da guerra.

Muitos dos que intentaram estudar e analisar a identidade da guerra viram o seu olhar petrificado face ao ato de matar, cristalizando-se nessa imagem, embotando-se a sua leitura e a capacidade de compreensão deste fenómeno. Mas o “mecanismo de luta de aniquilamento entre dois blocos de homens” é instrumental – é uma mediação – e visa produzir, pela destruição daquilo que produziu a rutura da fábrica da política, a reconciliação entre os homens. O motor da guerra é a política, que manuseia o mecanismo da luta de aniquilamento – de manipulação do medo e

da morte, através da luta, visando a submissão do inimigo – como meio para repor a ordem da paz (a reconciliação entre os homens).

Mas a guerra tem uma gramática própria: o mecanismo da luta de aniquilamento. Ela é a relação paradoxal, feita de luta e de combate, o duelo de grandes dimensões, a interação em que cada um mobiliza o aniquilamento criativamente, com vista a subjugar o outro, numa defrontação em instabilíssima ponte, em que o jogo da gadanha morte – esse tema arredado de tantos textos contemporâneos sobre a guerra⁷ – tanto pode fazer tombar a um como a outro. A guerra disputa-se sempre no finíssimo fio limiar da morte, espelhando a vitalidade do prélio. A guerra, esticada na sua máxima força,⁸ simbolicamente expressa no rio Xanto, de “lindíssimo fluir”, ou Escamandro, que sobrepuja as suas margens e inunda toda a planície, buscando afogar o mais brutal dos inimigos dos troianos, Aquiles, o Pelida (Homero, 2005: 418-426), não é um instrumento de condução fácil. A guerra é um duelo, o que faz dela um “lugar da desordem” extraordinariamente tormentoso.

A Estratégia: Origem e Fundamentos

O Lugar da Desordem

“A batalha não é a guerra. (...) A batalha faz parte do processo da paz. (...) O *praelium* podia estabelecer-se no próprio centro de uma deliberação pacífica. A batalha, de um só golpe, põe tudo em causa. (...) É um ordálio. (...) Forçar as forças celestes a declarar-se (...)” (Duby, 2005: 121-122). Talvez mais corretamente se pode dizer que a batalha é um interface entre a guerra e a paz, uma efetiva intercessão entre as forças terrenais e celestes e entre a guerra e paz, o mecanismo decisivo pelo qual a ação armada deixa de ser uma “empresa de depredação” (Duby, 2005: 121), em suma, uma ação de bandoleirismo, para se tornar um instrumento da ordem ao serviço da paz. É por isso que a batalha é por excelência o domínio dos reis e da ordem política – “o ganho da competição é sempre o poder soberano num dos

7 Como observa Leonard V. Smith, “matar efetivamente, é surpreendentemente eludido nos testemunhos da Grande Guerra. Milhões foram mortos, muito poucos mataram.” O autor observa que para além dos fatores técnicos que fizeram efetivamente com que uma enorme massa de homens fosse morta à distância sem que os que os eliminavam tivessem consciência de o ter provocado diretamente, é talvez mais relevante a incapacidade que os homens contemporâneos têm para assumir essa realidade: “(...) um distinto estado psicológico temporário que explicava o ‘ato de matar’ (*killing*) como algo que acontecia para lá da volição consciente” (Smith, 2007: 90 e 104).

8 “Nem Ares, que é deus imortal, nem Atena controlaria e aguentaria as mandíbulas de uma refrega destas!” (Homero, 2005: 409).

principados” (Duby, 2005: 124). É a “busca do absoluto”, da decisão absoluta, que se configura como ordálio (Duby, 2005: 123).

A batalha, diz John Keegan, “obedece a unidades dramáticas de tempo, lugar e ação (...) que visa a definição de uma decisão (...) dentro de um limite de tempo particularmente restrito” (Keegan, [s/d]: 12). A batalha é uma defrontação delimitada no espaço, relativamente pequeno, no tempo, brevemente curto, e na ação, rápida e decisiva. A despeito de John Keegan introduzir no seu estudo a Batalha do Somme, na verdade, posteriormente reconheceu noutra obra, que as denominadas batalhas da Grande Guerra seriam mais longos e imensamente mortíferos assédios do que batalhas propriamente ditas (Keegan, 1987: 243). Mas o que releva para este estudo é a definição que o historiador britânico dá de batalha. A batalha é um espaço/tempo de ação extraordinariamente condensado e fisicamente delimitado, do qual raramente é possível escapar com vida quando se é derrotado. Veja-se o estudo que elaborou João Gouveia Monteiro sobre as batalhas decisivas do século XIV para aprofundar o seu estudo sobre a Batalha de Aljubarrota. Um dos lados é sugado para um campo de chacina onde é catastroficamente dizimado: “apalhados como uma lebre numa armadilha”, disse um poeta inglês a propósito da Batalha de Courtrai em 1302, refere o autor seguido, mas que poderia ser o mote para todos os prélios por João Gouveia Monteiro estudados, inclusive a Batalha Real de Aljubarrota (Monteiro, 2003: 44-62). A batalha desponta como um choque absolutizante, de vida e de morte, muito semelhante ao mecanismo Clausewitziano da guerra absoluta.

A guerra absoluta, afirma Nil Santiáñez, abarca o todo, tudo, carecendo de exterioridade, tudo supeditado à condução e ao desenrolar da guerra (Santiáñez, 2009: 37). Em boa medida, a batalha funciona num espaço reduzido, num espaço e num tempo enclausurado, engradado, muito bem delimitado, como se de uma guerra absoluta se tratasse. Para os que nela estão envolvidos, em geral só há duas soluções drásticas, extremas, viver ou morrer, e toda a extraordinária violência que a batalha descarrega resulta dessa dicotomia vital e ontológica.

A batalha, ademais, era o cepo onde os soberanos jogavam a sua própria cabeça ou o seu próprio reino. Havia uma relação direta entre a batalha, na prática uma ação agónica de extrema violência, um combate decisivo, mas de caráter que hoje denominaríamos de tático, e a solução política para a conflagração. A batalha era a mais brutal das guerras e a mais decisiva opção para a paz futura: um verdadeiro ordálio, o chefe político e o chefe militar, encarnados numa osmose perfeita de uma só pessoa, arriscando a vida e o reino em simultâneo, num prélio sem necessidade de mediação entre o político e o marcial.

A emergência do Estado moderno e o desenvolvimento de instituições políticas e administrativas soberanas cada vez mais buriladas endureceu de forma férrea a resistência dos poderes políticos-estatais. Muito mais recursos, maior capacidade de

mobilizar a sociedade em caso de grandes e prolongadas conflagrações e um enorme endurecimento da sobrevivência e perdurabilidade do Estado, geraram guerras mais postergadas, atravessadas por batalhas cada vez mais longas, mas menos decisivas. As batalhas deixaram de ser decisivas, para decisiva ser a longa lista de engajamentos que finalmente levavam um dos lados a apelar à paz. A guerra tornara-se um regateio, exigindo cada vez mais recursos (Andújar Castillo, 1998: 15-38).

O que produz a vitória é o combate, e a vitória mede-se pela expulsão do inimigo do campo de batalha (Clausewitz, 1998: 25 e 33). A estratégia dizia Clausewitz, visava usar o engajamento (os combates) para o propósito da guerra (Clausewitz, 1984: 177). A política deixara de conseguir produzir um efeito decisivo através da direção direta da batalha por si só. E a consecução da batalha impunha agora, igualmente, um muito maior planeamento, a montante. “Os elementos estratégicos que afetam o uso de engajamentos podem ser classificados em vários tipos: morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos” (Clausewitz, 1984: 183). É o distanciamento entre a direção política da guerra e a ação tática, espelhada no combate – na batalha clássica – que obriga à introdução de uma nova realidade, a da estratégia, na condução das atividades bélicas. A estratégia desponta como um mecanismo de resposta à complexidade introduzida pelo Estado Moderno no desenrolar das guerras que ele próprio criava. A estratégia brota da guerra como réplica à complexidade da “relação paradoxal” criada pelo cada vez mais enredado e longamente tecido jogo político-bélico da modernidade.

O Outro como Dilema

“A guerra é um ato de força. (...) Cada lado compele o oponente (...): uma ação recíproca (...) que deve levar em teoria, aos extremos.” (Clausewitz, 1984: 77).

Esta outra clássica afirmação de Clausewitz toca no mais relevante problema com que a estratégia se defronta: o outro. Dir-se-á que esta realidade é auto evidente. Na realidade, como se procurou evidenciar na primeira parte deste texto, para o mundo clássico e para a Idade Média, esta realidade não era tão evidente assim, dado que a guerra se impunha transportada pelos deuses que excitavam aos homens as malfetorias ou pela maldade demoníaca que fazia com que o homem não quisesse respeitar a vontade de Deus. Obviamente, no campo da manobra tática típica da batalha da antiguidade e da Idade Média, os chefes político-militares, grandes cabos de guerra, dispunham da melhor forma possível os seus guerreiros no terreno de honra, para derrubar o inimigo, prouvessem as vontades dos deuses ou o desígnio de Deus, para que a sorte fosse favorável para o seu campo.⁹ E dado

9 Como é demonstrável pelo tratado bastante antigo de Sexto Júlio Frontino, “Estratagemas”, conjunto de máximas que tenta condensar toda uma sabedoria de ação tática para uso no

que a unidade política dependia da existência fática do corpo real, o aniquilamento físico do governante e da sua corte, em geral, significava o termo dessa entidade política subjugada pelo seu oponente¹⁰ (a tática e a política eram, na batalha, como vimos osmóticas).

A secularização produzida pela modernidade ao erradicar da guerra a equação divina fez com que pela primeira vez a responsabilidade plena daquela incumbisse única e exclusivamente ao homem. O duelo bélico resultava, agora e tão só, do afrontamento entre os homens, num jogo entre atores simétricos, simétricos por que pertencentes ambos os contendores à espécie humana e simétricos, dado advirem de entidades consideradas como similares, os Estados dotados de soberania. E contudo, esta simetria que parecia simplificar a realidade produzia, com efeito, complexidade: o homem tem uma densa espessura, “o que vive, choca, tem dentes e arestas, é espesso”, diz Agustina Bessa-Luís (2012: 28). Por um lado, considerando a multiplicidade exponencial de interações, que múltiplos homens engendram – expressa de forma tão brilhante na trindade clausewitziana – mesmo coligados uns com os outros, formando um bloco, que se digladiava com outro monólito, dificulta a condução de uma ação coerente e homogênea contra os seus oponentes, e por outro lado, e em parte, derivando igualmente da condição anterior, o cuidado papel que passava a ter a ponderação racional, dado não mais haver uma proteção cósmica ou providencial que cobrisse o risco não calculado, para enfrentar o duelo de inteligências, com o que isso significava de multiplicação de situações virtuais e de, em consequência, riscos acrescidos, na construção do embate marcial.

Sem cobertura da providência, o estrategista ficava reduzido à sua capacidade de, pela precaução ponderada e prospetiva, assegurar o sucesso no campo de honra da guerra. Não é por acaso que a primeira característica que Hervé Coutau-Bégarie (1999: 73-4) vê na estratégia é de esta ser uma “dialética de inteligências”. No duelo simétrico de homem contra homem, a reflexão e a ponderação, o raciocínio calculado e a leitura do presente e do futuro, é a forma mais segura de, paradoxalmente, compreendendo o adversário, o sobrepujar e subjugar. A estratégia brotava da guerra, por necessidade, como a inteligência que deveria conduzir esta, enquanto instrumento da paz, em proveito da política. Clausewitz (1984: 177) afirma,

campo de batalha contra os adversários (Frontino, 2005). A liderança marcial antiga, feita para a batalha, implicaria, mais do que um pensamento prudencial reflexivo sobre a realidade contextual que envolve o conflito e a guerra, arquetípico da estratégia contemporânea, um raciocínio intuitivo, construído a partir de um contínuo exercício metodológico da arte do combate. A chefia dos homens e a arte do combate era muito mais relevante que o conhecimento estrutural do contexto e das possibilidades e vulnerabilidades das sociedades, algo que à providência divina incumbia.

10 Em defesa desta ótica ver Duarte (2003: 90-93).

em dado momento, que a teoria estratégica, no fundo, lida com o planeamento. Esta ideia não significa uma desconsideração pela estratégia, na verdade implica a afirmação de que a estratégia é um raciocínio que comanda a ação, que assegura o controlo durante todo o processo da guerra.

A estratégia, afirma J. C. Wylie (1980: 2-9), é uma teoria que quer impor a ordem em situações inerentemente desorganizadas, um conhecimento sistemático, similar à economia ou à ciência política, visando compreender a mente do estrategista, de uma forma holista, com o objetivo de adquirir o conhecimento que permita deter poder de controlo sobre o oponente. Wylie parte do princípio de que a teoria da estratégia visa compreender a guerra de uma forma holista e total, como acontece com uma ciência moderna, permitindo agir assim sobre o real (*idem*: 32-35). Agir sobre o real significa que a teoria estratégica deve dar ao estrategista a capacidade de controlar, de alguma forma, o oponente, manipulando, na sua ótica, o centro de gravidade do inimigo, dominando-o (*idem*: 88-92, 102-103, 109-111).¹¹

A ideia de que a estratégia é uma teoria, um conhecimento sistemático, que visa, pela sua aplicação prática, o controlo do inimigo, de um outro, que age segundo os nexos característicos do pensamento humano, humano como ele é igualmente, remete para o valor daquilo a que António Horta Fernandes define como prudência, uma ponderação avisada, incluindo, no sentido a que este autor dá particular relevância, uma perceção real das exigências morais, a ideia, seguindo Aristóteles, de que “uma regra correta reside na análise deliberativa do homem prudente” (Fernandes, 1998: 321-323). A estratégia adquire assim a aptidão, diz este autor, com uma das suas idiossincráticas fórmulas dialéticas, de “reabsorver a conflitualidade hostil e de armar a paz” (Fernandes, 2011: 72-3). A prudência enquanto ponderação reflexiva é o mecanismo de manipulação do conhecimento com o qual a estratégia visa o controlo do oponente e o seu desarme; a mente que comanda os fluxos nervosos da conflitualidade hostil e da guerra e conduz os seus destinos. Na realidade, o objetivo do conhecimento e a construção de uma teoria estratégica, dotar o estrategista de inteligência para manipular a realidade em seu favor, “manipulando duas moedas, num processo quase alquímico, o efeito militar e o efeito político” (considerando políticas as dimensões económicas, sociais, diplomáticas, etc.), para produzir o efeito estratégico, que conduzirá ao propósito político delineado (Gray, 2010: 7). A estratégia, de acordo com Colin Gray, concebe e desenvolve os ele-

11 Para Vaz, uma das personagens centrais do romance *Até Amanhã, Camaradas* de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal), a organização e mobilização das massas, com vista à sua ação política, dependia fundamentalmente da capacidade do partido em exercer o controlo da sua ação, focalizando-o e objetivando-o. (Manuel Tiago, 2005: 160). Para Álvaro Cunhal, o controlo (das massas, dos atores) é o elemento essencial para o desenvolvimento de uma estratégia de conspiração e de subversão política.

mentos que possibilitem (seguindo a definição de guerra, apresentada neste texto) a manipulação do aniquilamento (da morte e do medo), que permite subsequentemente, em contenda ou em conflito hostil, o condicionamento e o controlo do inimigo. É que a estratégia tem muitas dimensões, cada uma influenciando, com maior ou menor peso, a ação estratégica e o resultado final (Gray, 1999: 25).

O caráter instrumental da estratégia é visível nestas leituras. A estratégia é, assim, um conhecimento concetual e teórico, que busca pela reflexão prudente e ética, mobilizar e combinar¹² um conjunto de elementos de poder que assegurem uma inteligente capacidade de manipulação do aniquilamento (da morte e do medo) com o propósito de condicionar e controlar o oponente hostil (e agressivo) e de o desarmar ou tornar impotente.

As definições de estratégia de Abel Cabral Couto exprimem de forma notável todo o sentido da estratégia moderna e contemporânea. Estratégia é a “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política que suscitem ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, [s/d]: 209). Recentemente, Cabral Couto repensou e refundiu a sua anterior definição, visando integrar na conflitualidade hostil a noção de competitividade. Assim, para ele, a estratégia é “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar os objetivos, e gerar, estruturar e utilizar os recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)” (Couto, 2004: 215).

A definição de Cabral Couto integra os três elementos apresentados como centrais ao desenvolvimento da estratégia, a ideia de que a estratégia é um conhecimento concetual, visando agir sobre a realidade (uma praxeologia), a manipulação de recursos (materiais e imateriais ou morais) e o fito de controlo, consubstanciado no sobrepujamento da oposição adversarial, indicando igualmente o ator da estratégia, a política.

A política é o ator da estratégia como o é da guerra, e a estratégia desponha da necessidade da política condicionar a ação do outro simétrico, seu oponente – ator político igualmente – mobilizando e combinando em favor da ação agónica (da manipulação do aniquilamento) de cada um dos atores que a usa, a panóplia de meios concetuais e materiais que o conhecimento moderno e contemporâneo desenvolveu, fazendo da estratégia, um saber concetual, similarmente a outros, desenvolvendo-se com vista à ação de condicionamento e de controlo do inimigo. O caráter instrumental da estratégia resulta de esta brotar de algo intrinsecamente edificado pelo homem para ser manipulado, a guerra, mas por visar a condução da guerra, a estratégia desponha como ponte entre a política e aquela, o conjunto de

12 Loureiro dos Santos realça na estratégia a relevância da combinação no uso do potencial estratégico material e imaterial (Santos, 2012: 15).

passos e meios (Gray, 2010) que permitem, usando as palavras de António Horta Fernandes, “armar a paz”. Porque a estratégia visa a paz, permite-se este último autor pensar a estratégia como um meio a partir do qual a conflitualidade hostil é esvaziada, é absorvida, morigerando igualmente a estratégia e a guerra. Mas como já se referiu, a própria guerra já visaria a paz, pelo que não surpreende que a estratégia almeje igualmente a paz.

Há, todavia, em todo processo estratégico um ingente mecanismo fáustico. Um mecanismo fáustico relacionado com o inimigo.

O Dilema do Inimigo

A ponderação estratégica tem um grande problema para resolver, como observa Colin Gray, o “inconveniente inimigo” (Gray, 2011: 131). Com esta ironia, Colin Gray põe no horizonte do campo de batalha estratégico um mecanismo fáustico intrinsecamente problemático para a condução da estratégia e dos propósitos políticos que a guiam. O conceito de inimigo, quando denominando o outro e as relações com o outro, modificam fundamentalmente as interações que passam a desenvolver-se. O conceito de inimigo é problemático porque reavalia todo o tipo de interação que passo a ter com o outro (Gray, 2011: 133). Esta situação não seria problemática se fosse a eclosão da guerra a gerar o inimigo. Mas sendo a guerra, como se procurou afirmar, a sutura para a profunda ferida aberta pelas interações anteriores à contenda, e sendo o inimigo definido muito antes de o primeiro mortífero embate físico, mais evidente fica a questão muito importante levantada por Gray.

Se a estratégia, como diz António Horta Fernandes, “arma a paz” e reabsorve a hostilidade reconhecendo no outro a sua legítima alteridade, como justificar a incandescente e tormentosa violência dos dois primeiros séculos da Era da estratégia? Ao invés da visão beatífica de uma estratégia morigerando a violência, vemos um longo período de exponenciação da guerra e da sua capacidade de produzir um Amazonas negro-rubro de nada e morte (o aluvião irrigador da nova vicejante paz).

A estratégia, como conhecimento que visa o controlo, por intermédio da mobilização e combinação de meios ao serviço da sua ação, é prospetiva. Na realidade, toda a ação estratégica visa replicar às potencialidades e vulnerabilidades detetadas no contexto, tanto de virtuais, como de reais ameaças produzidas pelo inimigo. O facto de ser uma teoria de conhecimento que visa conhecer para agir sobre o real, num sentido claramente moderno do saber científico, leva a estratégia a ser, no essencial, uma ciência prospetiva, procurando antecipar situações – é esse o sentido de conhecer para agir sobre o real – que limitem a independência e liberdade de manobra do ator que a desenvolve, tornando-a extraordinariamente

dependente de percepções, dando grande relevância ao problema posto por Colin Gray.

É que a estratégia, ao tratar com a conflitualidade hostil, lida de facto com o inimigo: a hostilidade é intrinsecamente humana (não a há no reino animal), por isso, quando se refere a hostilidade, remete-se para a ação de hostilidade que pode provir de um ser humano que se comporte de forma hostil. É por isso que o grande problema da estratégia é o inimigo: o que ele faz ou o que ele fará? Ou ainda mais complexamente, e na verdade, como ponto de origem, quem é que ele será? E ao anteciparmos, estamos a jogar com o conhecimento. Fernando Pessoa (2006: 357) observa que quanto mais sabemos mais contactamos com o que não sabemos: é o incognoscível que está na linha de demarcação, fronteira do conhecimento e por conseguinte, conhecer significa ampliar os conhecimentos que temos sobre uma dada realidade, no caso particular da estratégia, a da conflitualidade hostil, ou seja, a do inimigo. Antecipar, em suma, significa penetrar no incognoscível.

Não foi por acaso que Clausewitz fundou a sua conceção da guerra e da estratégia na oposição entre os dois tipos de guerra, que espelhavam dois tempos distintos do fazer a guerra, a guerra limitada, de gabinete, típica do século XVIII, e a nova guerra, guerra mais próxima da sua identidade, a guerra absoluta, que se desenvolvera com a Revolução Francesa. De entre essas duas dimensões, procura Clausewitz compreender a identidade da guerra, para antecipar a sua natureza futura e tornar mais apta a Prússia a responder ao seu porvir (Aron, 1976: 98-107). Para Clausewitz, os dois tipos de guerra, de acordo com a nota redigida em 1827, visavam ou o regateio à mesa das negociações ou a imposição da vontade do vencedor ao vencido (aniquilado) (Clausewitz, 1984: 69).

Esta dualidade permitia tornar dinâmica a guerra nos seus propósitos e definir as modalidades de ação a seguir, como tão bem Clausewitz explana ao Major Von Roeder a propósito da questão deste sobre o planeamento de um exercício militar e sobre os planos de campanha a desenvolver em preparação para uma futura contenda europeia envolvendo a Prússia. A guerra não é um fenómeno isolado mas é um ato de política com meios adicionais, baseada num contexto específico e considerando as modalidades de ação e os propósitos almejados, e é em redor destas questões que se deve estudar e implementar o planeamento militar (Paret, 1992: 125-28). Parece auto evidente o carácter prospetivo da estratégia e do planeamento estratégico. Mas é esse carácter prospetivo que torna o outro como inimigo, um complexíssimo problema e engendra uma lógica fáustica em todo o processo. Clausewitz percebeu-o perfeitamente na metáfora do florete embotado face ao sabre afiado: se alguém marcha para o prélio com um florete embotado, julgando no seu planeamento que este lhe basta, e se pela frente se apresenta um adversário dotado de um sabre afiado, a sua posição torna-se automaticamente muito periclitante. Clausewitz resolve o dilema afiançando da necessidade de se dispor desde

o início do máximo poder a que se tem recurso: agir comedidamente, mas sempre como o máximo poder de que se dispõe, seria a melhor opção para agir (Fernandes e Abreu, 2004: 74). Mas isso contém um risco, o de à partida se estar já a “esticar a guerra”, essa belíssima expressão sobre a ascensão aos extremos, contida na *Ilíada*. Toda a história da guerra no século XIX e XX é uma expressão clarividente deste processo fáustico. O “nação em armas” foi a resposta dos Estados europeus à “*levée en masse*” francesa de 1793 e ao sucesso daqueloutra no país que em 1870-71 a tinha levado mais longe, a Prússia. O paradigma napoleónico impulsionou os estudiosos da estratégia e os estrategos do século XIX (em geral, as mesmas pessoas) para a mobilização do exército de conscrição nacional e para a busca da batalha de aniquilamento, observada como o modelo de ação arquetípico de Napoleão, e considerada como o elemento axial da manobra bélica, levando ao “culto da ofensiva” e por fim, à guerra entre as nações, que conduziu à catástrofe de 1914-1918 e à invenção da guerra total (Heuser, 2010: 137-148).

“A ‘grande estratégia’ é uma expressão ligada a um tempo e a um lugar específico, inventada para dar conta do modo global como os aliados conduziram a Segunda Guerra Mundial” (Strachan, 2004: 421). O autor refere ainda que a “grande estratégia” integra o poder militar e o poder político num tablado único, muito distintamente da forma como os estrategos de 1914 observavam a relação entre a estratégia e a política, uma feita pelos militares, outra pelos políticos, campos claramente separados (Strachan, 2004: 421-422). E contudo, na origem do termo “grande estratégia” está a experiência da Primeira Guerra Mundial. É essa experiência que faz com que a ideia de “nação em guerra” substitua a “nação em armas”. Em 1917 Clemenceau falara da “guerra integral” que exprimia o processo de mobilização nacional, já não da conscrição, mas de todos os recursos humanos, económicos e materiais dos Estados (Coutau-Bégarie, 2009: 169) que encaminha as nações para a guerra total, termo inventado em 1918 por Leon Daudet (Guiomar, 2004: 12) e transformado por Erich Liddendorff num conceito estratégico, em 1936, com a sua obra *A Guerra Total*, uma verdadeira perspetiva ideológica, “uma visão do mundo”, por isso prospetiva, com a subordinação absoluta da sociedade política ao esforço de guerra e o objetivo de aniquilar completamente o inimigo, forjando-se desse modo uma paz messiânica (Lindemann, 2000: 24-32).

O corolário da guerra total consumou-se no cogumelo incandescente de Hiroxima. O conhecimento técnico sofisticadíssimo inerente ao desenvolvimento do vetor nuclear espelhava bem o largo amplexo de saber desenvolvido pela estratégia para conduzir a política nas turbulentas e torrenciais torrentes da guerra. Mas a ebulição cada vez mais fervente da guerra também expressava de forma problemática o problema do inimigo e o dilema do florete e do sabre tão bem intuído por Clausewitz. O conhecimento desenvolvido pela estratégia no seu duelo com a conflitualidade hostil, ou seja, com o inimigo, jogando na antecipação do seu movi-

mento, para melhor se resguardar da sua ação animosa, ampliou a erudição sobre os métodos de aniquilamento (da produção do medo e da morte) do oponente, engendrando o contínuo “esticar da guerra” e a ascensão aos extremos.

O vetor nuclear não inibiu o ampliamiento do conhecimento estratégico, elevou-o a novos patamares de compreensão dos mecanismos da conflitualidade hostil e da guerra com as estratégias subversivas e contrassubversivas e a introdução de manobras hostis de caráter político, mediático, ideológico, económico, etc., muito bem definidas por André Beaufre no conceito de “estratégia indireta” (Beaufre, 2004: 119-131). Na verdade, nada demonstra de forma mais evidente o refinamento dos meios de aniquilamento postos ao serviço de objetivos políticos que os atentados de setembro de 2001 feitos com grandes aviões civis. Em síntese, a estratégia como conhecimento visando agir sobre a realidade, mobilizando recursos intelectuais, morais e materiais, buscando o controlo do inimigo, ampliou enormemente a compreensão dos modos de manipulação do aniquilamento do adversário e em consequência alargou desmesuradamente as mecânicas e os artefactos da conflitualidade hostil e da guerra.

A ampliação do conhecimento não se fez todavia num só sentido. Ao mesmo tempo que o estudo da estratégia ampliava as possibilidades de manipular o aniquilamento, dispunha igualmente as coisas de forma a alargar as possibilidades da paz. Este fenómeno paradoxal não nos deve parecer estranho. A estratégia busca armar a manipulação do aniquilamento de meios e combinações para tornar este concretizável e entre estes podem perfeitamente despontar instrumentos que assegurem que o outro jamais se virará em inimigo e acabará por aceitar uma amizade honestamente oferecida. Ademais, deve-se voltar e lembrar que o fito do aniquilamento do outro é a paz. Num certo sentido, a diplomacia clássica já prefigurava esta modalidade estratégica de ação ao desenvolver um conjunto de procedimentos de diálogo político permanente com os potenciais vizinhos oponentes (Calvet de Magalhães, 1995: 57-61).

O nascimento do conceito de segurança coletiva evidenciava outra via para a consecução da paz, que não a instrumentalização da guerra, ou seja, a do aniquilamento do outro por via da luta. A segurança coletiva era e é um mecanismo de garantia da segurança de todas as entidades políticas que participam na vida internacional e lhes afiançava a sua perdurabilidade e em consequência, facilitaria, e favorece, a preservação da paz. A segurança coletiva basear-se-ia igualmente na cooperação internacional e na ação coletiva de todos os Estados com vista a manutenção da paz e à resolução pacífica dos conflitos. A Sociedade das Nações seria o fórum de resolução de diferendos e de garantia coletiva da paz: a segurança ligava-se à paz (Cravinho, 2006: 100-106).

Os avatares do conceito de segurança coletiva mais não fizeram que ampliar esta ideia de utilizar o mecanismo de cooperação como instrumento de garantia da

paz. Conceitos como segurança comum e segurança alternativa, desenvolvidos nos anos setenta e oitenta, baseados na ideia de compartilhamento da segurança, não ofensiva e não militar, mas alicerçada em dimensões económicas e ambientais e considerando os valores de justiça dos diversos atores (Brandão, 2000: 42-3), demonstram o desenvolvimento de modalidades de ação que procuram, por outros itinerários que não o mecanismo puro do aniquilamento, a resolução da conflitualidade hostil e da guerra, no reconhecimento das razões do outro e na erradicação das causas que moviam cada um dos atores à confrontação mútua. Há, nesta mecânica, um profundo paradoxo, dado que a estratégia, brotando da guerra, com vista a municiá-la de meios e de mecanismos e de combinações de condução que facilitassem a sua manipulação, o mais eficientemente possível pela política, tanto armou o aniquilamento quanto teceu a paz. António Horta Fernandes observou, em conversa com o autor deste texto, esse paradoxo para a guerra subversiva ao caracterizá-la como edificação e destruição em simultâneo.

Esta lógica de destruição e edificação é contudo inerente à estratégia, por que já intrínseca à guerra. A guerra é *creatio ex nihilo*, criação a partir do nada, ou mais propriamente, neste caso, a criação a partir do aniquilamento. Aniquilamento que se origina na palavra latina *niil / nihil*, (nada) e que quer significar, reduzir ao nada. Mas na guerra, a manipulação do aniquilamento, de reduzir algo ao nada, deriva da vontade de criar algo novo, como observou Walter Benjamin, refletindo sobre a Grande Guerra, a grande “tábua rasa” que tinha o condão de possibilitar a criação de algo a partir do nada, um fenómeno que tinha algo em comum com a revolução (Benjamin, 2008: 73-8). No fundo, a paz *post-bellum* é verdadeiramente uma nova criação. A grande novidade aportada pela estratégia é que permite desenvolver o mesmo mecanismo a montante do desencadeamento do embate bélico, pela resolução e erradicação das causas da conflitualidade hostil.

Mas no horizonte do mecanismo mental estratégico está sempre presente o problema do aniquilamento (da destruição absoluta, que conduz a uma forma de paz derivante da *creatio ex nihilo*) mas que pode ser resolvida pela resolução, pela erradicação da incubadora de conflitualidade hostil, das causas que movem o afrontamento. A erradicação dos fundamentos que excitam a conflitualidade hostil e a guerra, é ela própria, outro modo de abolição do inimigo, outro modo de redução ao nada do oponente, não pelo seu aniquilamento, mas pela aniquilação das raízes que engendram a oposição fratricida.

Em suma, o problema do inimigo é problemáticamente omnipresente. Esta realidade significa que nunca a estratégia pode baixar completamente a armadura que a envolve, e tem, por consequência, que orquestrar uma manobra o mais ampla possível que, podendo resolver pela erradicação da conflitualidade hostil, a confrontação mortal que se pode antever, não pode deixar, por isso mesmo, de considerar a manipulação do aniquilamento violento e letal como instrumento para a resolução do

diferendo. A balança do pêndulo estratégico move-se sempre entre o aniquilamento do outro e a abertura a uma verdadeira fraternidade humana (que deriva igualmente da abolição do inimigo, não por via da sua eliminação, mas pelo mútuo abaixar do escudo que envolve os atores em duelo, e que desponta da capacidade de interagirem por um diálogo que convide à compreensão mútua).

A escolha da forma como o inimigo é abolido não cabe à estratégia. Ela apenas equipa os atores estratégicos com o conjunto de instrumentos com que o podem fazer. A forma de abolição do inimigo deriva da escolha consciente e responsável dos atores que operam no tablado do confronto. A escolha entre a fraternidade e o aniquilamento é uma deliberação dos homens. É por isso, e antes de mais, política. Há sempre um tempo para tudo:

“Há um momento para tudo e um tempo para todo o propósito debaixo do céu.

Tempo de nascer

E tempo de morrer;

(...),

tempo de matar

e tempo de curar;

tempo de destruir

E tempo de construir;

(...)

tempo de Amar

e tempo de odiar;

Tempo de guerra

E tempo de paz;”¹³

Conclusão

A guerra é um ato relacional. É por isso que a guerra é ação. A guerra brota da complexidade problemática do relacionamento entre os homens.

A autoconsciência da guerra sempre viu a guerra como expressão do relacionamento humano. Não obstante, na antiguidade clássica, o motor da guerra encon-

13 Eclesiastes, 3, 1-9 (Bíblia de Jerusalém, 1985: 1169). Na ótica do tradutor, o texto remete para a bipartição das atividades humanas, metade sinistra, metade sinalizada pela vida. (Idem, nota t: 1169). Parece-me contudo, que pode alargar-se um pouco a dicotomização do tradutor. Mesmo as atividades negativas podem ser marcadas pela mão de Deus e transformadas em algo positivo. Não será isso o sinal supremo da Cruz, a morte mais terrível vencida pela graça de Deus. No fundo, não será o texto uma expressão de uma prudente filosofia, visando salientar a complexidade da vida dos homens e os limites do seu julgamento face ao de Deus?

trava-se nas forças arcanas divinas e telúricas que conduziam a humanidade à insanidade da violência armada mais vil e que obrigavam os homens a responder com coragem heroica a esse desafio no fito de cobrir a vida da sua cidade. Só com o Império Romano e o papel de ordenação do orbe que cabia às legiões romanas e à força armada se pode pensar na guerra como instrumento da paz, forjada na justiça da causa por que se batiam os legionários de Roma, “o flagelo” que os deuses impunham aos prevaricadores da sua vontade.

A relação do pecado com a história permitirá a Santo Agostinho introduzir a guerra na historicidade, ao mesmo tempo que desenvolverá uma leitura positiva da sua ação no tempo, através do mecanismo da guerra justa. É certo que em Santo Agostinho coexistem, de uma forma que parece que este autor não foi completamente capaz de perceber dois tipos de guerra, a guerra injusta fruto do pecado e a guerra justa, resposta àquela, serviço do Amor de Cristo, do Amor Divino. A leitura da guerra de Santo Agostinho favorece a guerra como processo de conversão do mal, dando ao inimigo um rosto humano muito mais profundo e entreabrindo as portas para a visão simétrica do rosto do adversário na modernidade, como de um outro eu similar.

Com Hugo Grócio e outros autores da modernidade, a guerra configura-se como uma dualidade simétrica, fazendo com que se oponham entre si dois rostos correspondentes e humanos. A guerra passa a ser um jogo de interesses entre soberanias que na contenda os litigam e regateiam, combinando em simultâneo a negociação diplomática e o poderio das armas. A guerra torna-se um instrumento da política e acaba por parturar a estratégia.

A guerra é ação, um diálogo entre dois atores simétricos que interagem enredadamente pela ação que os entrelaça. Por esta ação cada um dos atores visa coagir e subjugar o outro à sua vontade, fazendo com que o principal instrumento que utilizam para alcançar o seu propósito seja a força. A guerra, pela manipulação do aniquilamento (pela morte e pelo medo), através da luta, visa alcançar os fins positivos de uma dada comunidade (por isso a guerra é visceralmente política). A guerra desponha assim como um processo de diálogo extralinguístico, que termina imediatamente após um dos lados se subordinar à vontade do outro, reinstaurando a paz.

A paz é o fito da ação da guerra. E sendo a paz a finalidade e a consumação da guerra, o princípio fontal e o fim, faz desta um instrumento da política, dado ser fito da política a paz, a “ordem na tranquilidade” nas sábias palavras dos dois maiores doutores da Igreja medieval. A política é a fonte da guerra, tal qual a fonte que alimenta a força do caudal de um rio. Mas a abolição do inimigo e a instauração da paz são tarefas de elevada complexidade, em boa medida porque o outro reage à imposição do caminho que almejam obrigá-lo a trilhar.

A estratégia brotou da necessidade dos atores adquirirem aptidões para controlar e regular a manipulação do aniquilamento, feito através da luta e do combate, com

vista a atingirem os fins desejados, sobrepujando as resistências que os adversários lhes ofereciam. O desenvolvimento do controlo alicerçou-se em duas grandes traves mestras, a ponderação prudente e prospetiva da ação do adversário, procurando antecipar-se-lhe, e o desenvolvimento de meios, pela sua geração, combinação e orquestração ou sintonia, que facilitassem e assegurassem o melhor uso do mecanismo do aniquilamento e evitassem a sua temível retrocessão. A estratégia surge assim como um conhecimento, um saber, que ao modo das ciências naturais, permitisse compreender os mecanismos do combate violento e mortífero e assegurasse a antecipação e a antevisão dos processos pelas quais se poderia sobrepujar eficientemente o adversário. Acontece que o dilema do inimigo é um dos mais enigmáticos desafios com que o pensamento se confronta.

A criatividade humana faz com que o homem ponha ao serviço de fins positivos coletivos o próprio abismo do aniquilamento e da morte, pela guerra, o que dificultada de forma acrescida o labor da estratégia, obração mental que visa conhecer para agir, sobrepujando a resistência do oponente. A necessidade de replicar ao inimigo ampliou o desmesuradamente o conhecimento da estratégia por um mecanismo fáustico que derivava da necessidade de esta entender todas as possibilidades de que aquele disporia para impor a sua vontade ao adversário. O nexu fáustico levou a ampliação das modalidades de guerra ao longo dos séculos XIX e XX, da “nação em armas” à “nação em guerra” e desta à grande englobante da manobra subversiva e contra-subversiva. A ampliação do conhecimento permitiu todavia ampliar também as ferramentas que encaminhavam as sociedades para a abolição do inimigo, pela erradicação do motor que conduzia à confrontação armada, desenvolvendo-se em paralelo com a exponenciação da violência novos veículos de resolução pacífica e negociada da sua conflitualidade hostil.

Mas a conflitualidade hostil e a guerra são o espelho do relacionamento humano, e se a estratégia desenvolveu nestes séculos uma numerosa utensilagem mental para compreender e poder agir, que vai do aniquilamento puro e duro do oponente à resolução ajustada da hostilidade entre os dois adversários, a sua capacidade de escolha do caminho está condicionada pela rede de relações entre os homens que se encontram a montante de si e do seu conhecimento, na fonte da paz, mas também da guerra, e de definição do inimigo, que é a política: o relacionamento ético entre os homens visando a coabitação entre eles. É que é a política que define o nome do inimigo.

Referências

- Agamben, Giorgio (1999). *Ideia de Prosa*. Lisboa: Cotovia.
- Andújar Castillo, Francisco (1999). *Ejércitos e Militares en La Europa Moderna*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Aquino, São Tomás de (2007). *La Monarquía*. Madrid: Tecnos.
- Aron, Raymond (1976). *Penser la Guerre, Clausewitz. I, L'âge Européen*. Paris: Éditions Gallimard.
- Balthasar, Hans Urs Von (2008). *Só o Amor é Digno de Fé*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Beaufre, André (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Sílabo.
- Benjamin, Walter (2008). *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Bessa-Luís, Agustina (2012). *Breviário do Brasil*. Lisboa: Guimarães.
- Bíblia de Jerusalém* (1985). Lisboa: Paulus.
- Brandão, Ana Paula (2002). “Segurança: um conceito contestado em debate”, in Adriano Moreira (Ed.). *Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, pp. 37-55. Lisboa: Prefácio.
- Calvet de Magalhães, José (1995). *A Diplomacia Pura*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Cícero (2008). *Tratado da República*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Clausewitz, Carl Von (1984). *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Clausewitz, Carl Von (1998). *Théorie du Combat*. Paris: Economica.
- Coutau-Bégarie, Hervé (1999). *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Coutau-Bégarie, Hervé (2009). *Conférences de Stratégie*. Paris: ISC.
- Couto, Abel Cabral (s/d). *Elementos de Estratégia* (2 Vols.). Lisboa: IAEM.
- Couto, Abel Cabral (2004). “Posfácio” em António Horta Fernandes e Francisco Abreu, *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial*, pp. 215-230. Lisboa: Sílabo.
- Couto, Mia (2005). *Pensatempos*. Lisboa: Caminho.
- Cravinho, João Gomes (2006). *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: ICS.
- Duarte, António Paulo (2003). *O Equilíbrio Ibérico no Século. XI-XX: História e Fundamentos*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Duarte, António Paulo (2005). “A Visão da ‘Guerra Total’ no Pensamento Militar”. *Nação e Defesa* n.º 112, 3.ª série, pp. 33-50.
- Duby, Georges (2005). *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de junho de 1214*. Lisboa: Terramar.

- Espinoza (2008). *Tratado Político*. Lisboa : Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Fernandes, António Horta (1998). *O Homo Strategicus ou a Ilusão de uma Razão Estratégica?* Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Fernandes, António Horta Fernandes (2011). *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Atualidade* (Homo Strategicus II). Lisboa: Esfera do Caos, Lisboa.
- Fernandes, António Horta, e Francisco Abreu (2004). *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial*. Lisboa: Sílabo.
- Frontino, Sexto Júlio (2005). *Estratagemas*. Lisboa: Sílabo.
- Gaddis, John Lewis (2003). *Paisagens da História, Como os Historiadores Mapeiam o Passado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gray, Colin S. (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- Gray, Colin S. (2010). *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Guiomar, Jean-Yves (2004). *L Invention de la Guerre Totale*. Paris: Félin.
- Heraclito (2005). *Fragmentos Contextualizados*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Howard, Michael (2004). *A Invenção da Paz: Reflexões sobre a Guerra e a Ordem Internacional*. Lisboa: Guimaraes.
- Homem, António Pedro Barbas (2010). *História das Relações Internacionais: o Direito e as Condições Políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Almedina.
- Homero (2005). *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia.
- Heuser, Béatrice (2010). *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Husserl, Edmund (s/d). *A Ideia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Keegan, John (s/d). *O Rosto da Batalha*. Lisboa: Fragmentos.
- Keegan, John (1987). *The Mask of Command*. London: Jonathan Cape.
- Lançon, Bertrand (2003). *O Estado Romano: Catorze Séculos de Modelos Políticos*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Lindemann, Thomas (2000). “Ludendorff et la Guerre Totale, Une Approche ‘Perceptuelle’”, in François Géré e Thierry Widemann, *La Guerre Totale*, pp. 23-37. Paris: Economica.
- Lourenço, Frederico (2005). “Introdução” em Homero, *Ilíada*, pp. 7-25. Lisboa: Livros Cotovia, (s/l).
- Monteiro, João Gouveia (2003). *Aljubarrota, 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História.
- Oliveira, Francisco de (2008). “Introdução” em Cícero, *Tratado da República*, pp. 15-56. Lisboa: Círculo de Leitores.
-

- Paret, P. (1992). *Understanding War: Essays on Clausewitz and the History of War*. New Jersey: Princeton University Press.
- Pessoa, Fernando (2006). *Livro do Desassossego*. Lisboa: Círculo de Leitores. Platão (2008). *O Político*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Platão (2008a). *Laches or Courage*. <http://www.gutenberg.org/files/1584/1584-h/1584-h.htm>. Consultado em 13 de abril de 2012.
- Santiáñez, Nil (2009). *Goya/Clausewitz. Paradigmas de la Guerra Absoluta*. Barcelona: Alpha Decay.
- Santos, J. Loureiro dos (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Smith, Leonard V. (2007). *The Embattled Self: French Soldiers Testimony of the Great War*. Ithaca: Cornell University Press.
- Strachan, Hew (2004). "Stratégie", em Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean-Jacques Becker, (dir.), *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918*, pp. 421-435. Paris: Bayard.
- Tartt, Donna (2005). *A História Secreta*. Lisboa: Dom Quixote.
- Tiago, Manuel (2005). *Até Amanhã, Camaradas*. Lisboa: Edições Avante.
- Vlassopoulos, Kostas (2010). *Politics. Antiquity and its Legacy*. New York: Tauris.
- Wylie, J. C. (1980). *Military Strategy: a General Theory of Power Control*. Westport: Greenwood Press Publishers.